



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0062617-27.2017.8.16.6000

## **ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA**

ORDEM DE SERVIÇO N° 69/2017
COMARCA: SALTO DO LONTRA
SERVENTIA: TABELIONATO DE PROTESTO
DATA: 19/09/2017
<b>EQUIPE CORRECCIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL</b>
CORREGEDOR DA JUSTIÇA MÁRIO HELTON JORGE
JUIZ AUXILIAR: - Dr. Mário Dittrich Biliéri
ASSESSORES CORRECCIONAIS: - Eduardo Bueno de Oliveira - Hélcio José Vidotti - Jorge Luiz Gomes Macedo - Luiz Fernando Altheia Molinari
<b>JUIZ(ÍZA) DE DIREITO CORREGEDOR (A) DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA</b>
Dra. DIVANGELA PRECOMA MOREIRA KULIGOWSKI
<b>AGENTE DELEGADO (A)</b>
Titular: Ines Zanatta Maria
Decreto Judiciário n.º 07/2017

### **DADOS CADASTRAIS**

Dados enviados pela Sra. Agente Delegada:



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0062617-27.2017.8.16.6000



Titular: Ines Zanatta Maria Escolaridade: Ensino Superior Data de Nascimento: 25/06/1956 Decreto Judiciário nº 007/2017
Escrevente(s) Substituto(s): Sandro Luiz Lasta Escolaridade: Ensino Fundamental Data de Nascimento: 21/06/1979 Portaria nº 03/2017 e 015/2017 desde 31/07/2017
Escrevente(s) indicado(s): Mauro Zanatta Maria Escolaridade: Ensino Fundamental Data de Nascimento: 27/04/1990 Portaria nº 014/2017 desde 31/07/2017
Empregados (CLT): Allan Patrick da Silva Fraga Eduardo Bigaton da Silva Mauro Zanatta Maria Sandro Luiz Lasta
Endereço do Cartório: Avenida/Rua: Vereador Idanir Canello - 78 Bairro: Centro Cidade: Salto do Lontra CEP.: 85670-000 Telefone(s): 46 3538-1252 Fax: E-mail: tabelionatosalto@gmail.com Login do sistema mensageiro: a834 O tabelionato funciona dentro do prédio do fórum?: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não O tabelionato funciona acumulado a algum outro cartório?: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Qual? Tabelionato de Notas. Número do Cadastro no CNPJ: 77.609.949/0001-18

Em ordem

## DADOS ESTRUTURAIS

	SIM	NÃO	C. A.
<b>A.</b> A serventia está identificada como <b>Tabelionato de Protesto</b> , sendo vedada a adoção do nome fantasia, podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas atribuições ( <b>CN, art. 53, Parágrafo único</b> )?			
<b>B.</b> O ato que indica os escreventes e substitutos e os autoriza a subscrever atos do serviço está afixado na Serventia, em local que possibilite ampla divulgação ( <b>CN, art. 56, § 2º</b> )?			



<b>C.</b> O notário ou registrador informa mensalmente ao juiz corregedor do foro extrajudicial os atos praticados pelo substituto legal, nos casos de impedimento do titular ( <b>CN, art. 9º</b> )?			
<b>D.</b> A serventia possui página ( <i>homepage</i> ) na internet? Em caso positivo, ela atende ao disposto no 6º do Código de Normas do Foro Extrajudicial?			
<b>E.</b> O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais ( <b>CN, art. 53</b> )?			
<b>F.</b> A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no <i>caput</i> do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 ( <b>CN, art. 54</b> )?			
<b>G.</b> As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC, FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público ( <b>CN, art. 10, inc. IX e art. 39</b> )?			
<b>H.</b> As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital ( <b>CN, art. 10, VII</b> )?			
<b>I.</b> A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas?			
<b>J.</b> A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes ( <b>CN, art. 10, IV</b> )?			
<b>K.</b> A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via ( <b>CN, art. 10, X</b> )?			
<b>L.</b> A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo ( <b>CN, art. 10, II</b> ) e foram comunicadas ao CNJ a adoção do sistema, ou o prazo necessário para tanto (Recomendação nº 11/2013, CNJ)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>C. Observar doravante.</b>			



**DAS DETERMINAÇÕES REGISTRADAS EM ATA  
DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

	SIM	NÃO	C.A
As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

**PARTE GERAL**

**LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES  
Provimento nº 45/2015 - CNJ**

- 1 Providenciar abertura.

	SIM	NÃO	C.A
1.1 O livro está registrado na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O				
Modelo				
Data	Natureza da Visita	Autoridade Judiciária	Assinatura da Autoridade Judiciária	Ciente do Agente Delegado

**Finalidade:** Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.  
**Natureza da Visita:** deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.  
**Assinatura da Autoridade:** o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou



Assessor Correcional é que poderão escriturar o livro.

**Ciente do Agente Delegado:** o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

**Deverão ser mantidas em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correicionais.**

**LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS**  
(CN, art. 19 e 667, inciso I e Ofício Circular n. 164/2013)

2 Em uso o livro nº 1-RP.

	SIM	NÃO	C.A.
2.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
2.2 Ao final de cada mês lança quadro resumo, indicando a receita (separadamente, nos casos de serviços cumulados) e a despesa total do período, com indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem transportá-lo para o mês seguinte? (CN, art. 19, § 3º)			
2.3 Os livros apresentam escrituração diária e detalhada das receitas e das despesas da Serventia, sendo lançadas separadamente, devidamente identificadas pelo livro e folha em que o ato foi praticado, as receitas oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas, tais como, reconhecimento de firma, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados, serão discriminados pela quantidade desses atos, diariamente? (CNJ, Provimento 45/2015, art. 6º e CN, art. 19, § 4º)			
2.4 Os lançamentos compreendem apenas os emolumentos percebidos como receita do notário e registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com a tabela de emolumentos? (CNJ, Provimento 45/2015)			
2.5 São lançadas somente as despesas diretamente relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou de outras que intrinsecamente não se			



<p>refiram ao serviço ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p. ex. contribuição em razão de associação voluntária do tabelião a entidade de classe, associação ou contratação de profissional para tratar de assunto particular e CPC), sendo permitida a despesa efetuada com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular nº 59/2014? (<b>CN, art. 19, § 2º</b>) p. ex. ANOREG.</p>			
<p><b>2.6</b> Anualmente ao final de cada exercício é feito o balanço anual da unidade do serviço extrajudicial com indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período, sendo encaminhado, até o 10 decimo dia útil do mês de fevereiro para visto da autoridade judiciária competente, para glosas necessárias e eventual diligencias pertinentes? (<b>CNJ, Provimento 45/2015, art. 10</b>)</p>			
<p><b>2.7</b> Efetuou o recolhimento ao <b>FUNSEG</b> (Fundo Estadual de Segurança aos Magistrados - Lei Estadual nº 17.838/13 e Decreto Judiciário nº 205/2014) no percentual de 0,2% sobre o valor da arrecadação bruta do serviço delegado?</p>			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

O Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

### I. Despesas dedutíveis:

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;

c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;



e. aquisição ou locação de equipamentos (hardware), de programas (software) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço - ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Ao **responsável interinamente por delegação vaga** é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço.

**II.** considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial, para o serviço de notas; o do registro, para os serviços de registros de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica; o do registro, para os atos não compensáveis do Registro Civil das Pessoas Naturais, e para seus atos gratuitos, o do momento do recebimento do pagamento efetuado por fundo de reembolso de atos gratuitos e fundo de renda mínima. (**Prov. 45 CNJ, art. 6º, § 1º**)

**III.** Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao



serviço, devem ser **mantidos em pasta própria** à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (**Prov. 45 CNJ, art. 8, Parágrafo Único e CN, art. 21**).

**IV.** É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, e ainda, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 45 CNJ, art. 7º**).

**V.** É vedada aos agentes delegados a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando, ficando terminantemente proibida a confecção de instrumentos particulares. (**CN, art. 7º**).

**VI.** Ao final de cada exercício, deverá ser feito o balanço anual da unidade de serviço extrajudicial, com a indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período. Até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Livro Diário Auxiliar será visado pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente (Prov. 45 CNJ, arts. 10 e 11).

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

3 Em uso o arquivo nº 01.

	SIM	NÃO	C.A.
3.1 Encaminha, através do sistema <i>mensageiro</i> , os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

3.2 Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de AGOSTO de 2017.

3.3 Quantidade de selos utilizados no último mês:  
329 SELOS

3.4 **QUADRO ESTATÍSTICO:**

DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN



Ano: 2015		Ano: 2016	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0	Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0
Notarial Verde Único	3936	Notarial Verde Único	3744
Notarial Laranja Único	0	Notarial Laranja Único	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto	4650	Selo Digital do Tabelionato de Protesto	4400
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - REEMBOLSO	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto - REEMBOLSO	0
Selo Digital do Tabelionato de Notas	10000	Selo Digital do Tabelionato de Notas	11150

Ano: 2017	
Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	3888
Notarial Verde Único	0
Notarial Laranja Único	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto	3000
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	150
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - REEMBOLSO	0
Selo Digital do Tabelionato de Notas	7300

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A Serventia deve encaminhar, através do sistema mensageiro, os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013;

## COMUNICADO DE ARRECAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

► Primeiro semestre de 2017 - **Pendente.**  
Valores referentes ao Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de Protesto de Títulos

## RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS

Encaminhar ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço, conforme modelo constante do Anexo C-03 do Código de Normas.

## ESTATÍSTICA



Ano	Protocolados	Pagos	Protestados	Retirados	Cancelados	Sustados	Total
2015	4464	1987	2141	332	03	00	

2016	3905	1710	1842	353	00	00	
2017	2891	1429	1150	254	00	00	
<b>Subtotal</b>							
<b>Total</b>	<b>11260</b>	<b>5126</b>	<b>5133</b>	<b>939</b>	<b>003</b>	<b>00</b>	

## L I V R O S   E   A R Q U I V O S

### 1 - PROTOCOLO (APONTAMENTO) (CN, art. 767, inciso I e Adendo 1-F)

Em uso o livro n° 19.

	SIM	NÃO	C.A.
1.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
1.2 O livro é informatizado?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O

- Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega. Lei n. 9492, art. 5°.
- Neste livro deverão ser consignadas todas as ocorrências, inclusive "suspensão dos efeitos".
- A serventia que adotar sistema informatizado a impressão do livro protocolo poderá ser mensalmente - art. 776, §4°.
- Somente poderão ser protocolizados ou protestados os títulos, letras e documentos pagáveis ou indicados para aceite nas praças localizadas no território da comarca da Serventia - Art. 756.



## 2 - ORDEM DE APRESENTAÇÃO

	SIM	NÃO	C.A.
2.1 Os títulos são protocolizados, relacionados e anotados, <u>segundo a ordem cronológica de sua apresentação</u> , tendo como <u>base</u> a ordem de apresentação e registro no Ofício Distribuidor (Lei nº 9.492/97, art. 5º; e art. 774 do Código de Normas)?			
2.2 A serventia recebe os títulos eletronicamente (CRA - Central de Remessa de Arquivo)?			
2.3 É mantida a ordem cronológica entre os títulos recebidos eletronicamente e os físicos?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 3 - PRAZO

	SIM	NÃO	C.A.
3.1 Observa o tríduo legal para o lançamento definitivo das ocorrências determinado pelo art. 12, lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997 e <b>art. 779 do Código de Normas</b> ?			
3.2 É cumprido o prazo de três (03) dias úteis para o lançamento definitivo em relação ao destino do título (pagamento, protesto, sustação ou retirada), tanto nos casos de intimação pessoal como nas hipóteses de intimação por edital?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

- ▶ Na contagem do prazo exclui-se o dia da protocolização. (art. 12, § 1º, Lei nº 9.492)
- ▶ O protesto será **registrado** dentro de três dias úteis. (art. 12, Lei nº 9.492)

Atentar que "o protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução" (art. 814 do CN), ao passo que "após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de



pagamento (art. 815 do CN), pelo que se mostra indevida a "prorrogação do prazo por aceite".

LANÇAMENTOS DAS OCORRÊNCIAS - PRAZO LEGAL					
Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal	Tríduo legal	Tríduo legal	Excesso de prazo
Art. 5° lei n° 9.492 Até 24 Horas	<b>Exclui contagem</b>  art. 12 § 1° Lei n° 9.492  Ocorrência - devolvido	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO - <b>PROTESTO</b>	<b>Ocorrências</b> - cancelamento - suspensão dos efeitos do protesto

PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA INTIMAÇÃO - PRAZO LEGAL					
Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal <b>03 dias</b>	Tríduo legal	Tríduo legal	Excesso de prazo
Art. 5° lei n° 9.492 Até 24 Horas para o registro no livro protocolo	Diligência (não efetivada)  Edital (art. 792 do CN)	*Em caso da necessidade de mais uma diligência  Diligência (não efetivada)  Edital (art. 792 do CN)		<b>Prazo final para pagamento.</b>  <b>Último dia para o registro do protesto</b>	

#### 4 - TERMO DE ENCERRAMENTO

	SIM	NÃO	C.A.
<b>4.1</b> Consigna no termo de encerramento diário o número de títulos apresentados e o <b>montante recolhido ao FUNREJUS</b> , em consonância ao			



determinado no art. 810, item XV do CN?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 5 - ARQUIVO DAS GUIAS DO FUNREJUS

	SIM	NÃO	C.A.
<b>5.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>5.2</b> Nas guias constam os números/intervalo dos protocolos e quantidade de atos utilizada para o recolhimento do FUNREJUS?			
<b>5.3</b> A serventia observa que o cálculo do valor a ser recolhido ao FUNREJUS considerando o terceiro numeral após a vírgula, efetuando a conta e o arredondamento cabível, enfim, conforme norma própria da ABNT (NBR 5891, de dezembro de 1977)?			
<b>5.4</b> O recolhimento devido ao <b>FUNREJUS</b> está sendo realizado no dia do apontamento (Item 27 - Instrução n. 1, de 2 de junho de 1999) ou no máximo no dia útil imediato?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

**O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O**

Em se tratando de títulos representativos de créditos dos entes federais, estaduais e municipais, os emolumentos respectivos e a taxa devida ao FUNREJUS serão recolhidas somente por ocasião do pagamento ou do cancelamento do título pelo devedor (**art. 852 do CN**).

## 6 - ARQUIVO DE DEVOLUÇÃO

	SIM	NÃO	C.A.
<b>6.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>6.2</b> Os títulos ou documentos a que falem			



requisitos para o protesto e que tenham sido <b>registrados no Distribuidor</b> , estão sendo registrados no livro protocolo (apontamento)?			
<b>6.3</b> Os títulos ou documentos devolvidos estão sendo registrados no arquivo de devolução?			
<b>6.4</b> Está sendo devolvido o título sem a cobrança dos emolumentos e FUNREJUS?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

**O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O**

O título deverá ser devolvido ao apresentante, sem vencimento de custas, **inclusive FUNREJUS**, consignando no campo ocorrência a referência "devolução" - **(art. 775 do CN)**.

**7 - ARQUIVO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>C.A.</b>
<b>7.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>7.2</b> Neste arquivo estão arquivadas as indicações apresentadas por meio eletrônico - <b>art. 757 do CN</b> ?			
<b>7.3</b> Arquiva os termos de responsabilidade assinados pelos apresentantes?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

**Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997.**

Art. 15 - Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais

**8 - ARQUIVO DAS RELAÇÕES DO OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>C.A.</b>
<b>8.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos			



do Ofício Circular nº 304/2013?			
8.2 Encaminha com estrita fidelidade a comunicação das ocorrências (art. 761 e parágrafo único)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Conforme dispõe o art. 5º da Lei nº 9.492/97, após a distribuição dos títulos, estes deverão ser protocolizados em 24 (vinte e quatro) horas. Caso não haja o atendimento da norma legal pelo Distribuidor, a agente delegado deverá comunicar o fato ao Doutor Juiz para as providências cabíveis.

## 9 - ARQUIVO DE MANDADOS E OFÍCIOS JUDICIAIS

	SIM	NÃO	C.A.
9.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
9.2 Certificado no mandado o número do protocolo, emolumentos e data do cumprimento da ordem judicial?			
9.3 O oficial mantém atualizado o livro protocolo, enviando <b>anualmente</b> relação dos títulos pendentes existentes na Serventia, oficiando ao Juízo, para que, sejam atualizadas as informações contidas no livro protocolo?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

- Anotar no livro protocolo as ocorrências "sustação de protesto" e "suspensão dos efeitos do protesto".

- Se ao receber a ordem para "**sustação do protesto**" (para evitar sua realização do protesto) verificar o Tabelião se o título já foi protestado. O que for constatado será feita *imediata* comunicação ao Juízo competente, solicitando-lhe, diante da impossibilidade de cumprimento da ordem recebida e nos seus limites, que lhe oriente como proceder no caso em concreto.



- Lembrar que a ordem de "suspensão dos efeitos do protesto" o título já foi protestado. Esta natureza de mandado não autoriza o cancelamento do protesto, servindo, sim e apenas (salvo se na decisão diferentemente constar), a evitar que se dê publicidade do ato (sobre o protesto cujos efeitos foram suspensos não se deve expedir certidão positiva enquanto a ordem judicial viger).

- Poderá o tabelião solicitar a inclusão dos emolumentos na conta final para pagamento quando o encerramento do processo ou ingressar com a ação judicial cabível - **Of. Circular 24/2015.**

## 10 - ARQUIVO DE PEDIDOS DE CERTIDÃO

	SIM	NÃO	C.A.
10.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
10.2 Estão sendo exigidos requerimentos por escrito para a expedição de certidão positiva?			
10.3 O Serviço observa a Tabela de custas para a expedição de certidão (Tabela XV, item IV e V)?			
10.4 O Serviço observa o Ofício Circular 02/2015 - DA do FUNREJUS - aplicação de 25% sobre o valor do emolumento cobrado (Aplicação da Lei n. 18.415/2014) ?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Indicar nas guias de recolhimento devido ao FUNREJUS o nome da parte e dia do requerimento da certidão arquivada na serventia, poderá ainda indicar as folhas em que foi arquivado o requerimento de expedição de certidão. Regularizar.			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito - Art. 31 da Lei nº 9.492. Redação dada pela Lei n. 9.841, de 05.10.1999.

## 11 - ARQUIVO DE INTIMAÇÕES

	SIM	NÃO	C.A.
--	-----	-----	------



11.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
11.2 A serventia cumpre com o disposto no art. 19, § 1º da Lei nº 9.492/97, não indicando na intimação, horário para pagamento diverso do horário de funcionamento da Serventia?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A Lei nº 9.492/97 em seu artigo 19, § 1º estabelece que o pagamento não será recusado desde que oferecido dentro do **prazo legal**, feito no **Tabelionato de Protesto** competente e no **horário de funcionamento dos serviços**. O legislador não estabeleceu que o horário de funcionamento do serviço é exclusivamente o horário das Instituições Financeiras (Bancos), devendo ser levado em conta o horário de funcionamento do serviço, neste caso o horário de funcionamento da **Serventia é até às 17:00h**.

11.3 - Modelo sugerido pela Corregedoria-Geral da Justiça para as cotações dos emolumentos e demais taxas.

### MODELO SUGERIDO

<b>I - Título</b> (valor do título)	
<b>II - Juros</b> (valor atribuído pelo contador)	O valor a ser pago será calculado pelo contador judicial, tendo como base a data do apontamento, neste caso apresentação no Distribuidor, atribuindo <b>valor fixo dos juros - art. 754 parágrafo único do CN</b>
<b>II - Distribuidor</b> (Tabela Distribuidor)*	* Tabela distribuidor:  - 03 faixas de valores  título até R\$ 146,70 - <b>R\$ 26,28</b> título entre R\$ 146,71 a 1.467,09 - <b>R\$ 33,28</b> título acima de R\$ 1.467,10



	- R\$ 37,69
<b>IV - Anotação</b> (Tabela XV, inciso I)	
<b>V - Funrejus</b> (0,2 % do título)	
<b>VI - Selo FUNARPEN</b>	R\$ 2,65
<b>VII - Intimação</b> (valor consignado na inciso II, da tabela XV)	R\$ 14,56
<b>VIII - Despesa de remessa da intimação</b> <b>Art. 790 e parágrafos</b>	Área urbana - valor AR Área rural - R\$ 27,30
<b>Valor a pagar</b>	

**11.4 QUADRO COMPARATIVO** dos emolumentos e taxas indicadas pela serventia e Modelo da Corregedoria-Geral da Justiça:

Modelo da Serventia		Modelo Corregedoria-Geral da Justiça	
<b>PROTOCOLO N. 2785/2017.</b>			
Valor título	R\$ 50,00	<b>Título</b>	R\$ 50,00
Juros	R\$ 0,22	<b>Juros</b>	R\$ 0,22
Distribuidor	R\$ 25,62	<b>Distribuidor</b>	R\$ 25,62
Anotação	R\$ 32,76	<b>Anotação</b> Tabela XV, inc. I	R\$ 32,76
Funrejus	R\$ 0,10	<b>Funrejus</b>	R\$ 0,10
Selo Funarpen	R\$ 2,65	<b>Selo Funarpen</b>	R\$ 2,65
Intimação	R\$ 14,56	<b>Intimação</b>	R\$ 14,56
Remessa da intimação <b>(Art. 790 e parágrafos do CN)</b>	R\$ 27,30	<b>Remessa da intimação</b> <b>(Art. 790 e parágrafos do CN)</b>	Área rural - R\$ 27,30
<b>VALOR TOTAL</b>	R\$ 153,21	<b>Valor Total</b>	R\$ 153,21
<b>CONSTATAÇÕES</b>			

	SIM	NÃO	C.A.
<b>11.4.1</b> A serventia adota o uso de boleto bancário para pagamento da intimação? Faculta-se a utilização.			



11.4.2 O modelo encontra-se adequado ao sugerido pela Ata Correicional ?			
11.4.3 O valor consignado a título de <b>anotação</b> está previsto na Tabela de Custas <b>TABELA XV - Item I - Anotação ou protesto - (Lei Estadual n. 17832, de 19 de dezembro de 2013)</b> ?			
11.4.4 O valor consignado a título de <b>Distribuidor/contador</b> está previsto na tabela de custas do Distribuidor e em conformidade ao FUNJUS - ( <b>Decreto 744 - Guia de recolhimento de custas judiciais</b> )?			
11.4.5 O valor equivalente ao Selo do FUNARPEN está adequado?			
11.4.6 O valor consignado a título de <b>intimação</b> está adequado ao valor contido na tabela de custas - Tabela XV, item II, do Código de Normas?			
11.4.7 O valor a ser pago (juros/correção monetária) está sendo calculado pelo contador judicial, tendo como base a data do vencimento do título até a data do apontamento - <b>art. 754 parágrafo único do CN</b> ?			
11.4.8 O valor consignado a título de remessa da intimação está adequado as normas estabelecidas pelo Art. 790 e incisos do CN?			
11.4.9 Na intimação é atribuído o valor total a ser pago pelo devedor?			
<b>DETERMINAÇÕES</b>			

11.5 - A serventia poderá adotar qualquer um dos sistemas para a entrega das intimações. Ressarcimentos autorizados pelas despesas efetivamente despendidas para a entrega da intimação:

1ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação via postal - Correio/AR - art. 790, § 1º.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada - ART - EBCT - Local.
2ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação urbana - Tabelião/preposto. - art. 790, § 2º.	- Nos endereços do perímetro urbano da comarca, a despesa pela remessa da intimação não poderá ultrapassar o valor da tarifa da



Intimação rural - Tabelião/preposto. - art. 790, § 3°.	EBCT em vigor relativo ao AR.  - Nos endereços do perímetro rural ou distantes a mais de 10 (dez) quilômetros da Serventia, a despesa da remessa da intimação será ressarcida pelo valor da tabela XIV, inc. III, letra b - do Regimento de Custas (R\$ 25,05).
<b>3ª POSSIBILIDADE</b>	<b>Valores autorizados</b>
Serviço terceirizado - art. 790, § 4° e art 791.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada - ART - EBCT - Local.

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

- Se a intimação ocorrer, excepcionalmente, "no último dia do prazo, ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente." (art. 781 do CN), pois que, não se admite o protesto no mesmo dia da intimação (Lei 9.492/97, art. 13).

### 12 - ARQUIVO DE EDITAIS

Em uso o arquivo n° 26

	SIM	NÃO	C.A.
12.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
12.2 Os editais são afixados na Serventia?			
12.3 Consignado no edital referência expressa a data em que mesmo foi afixado na serventia?			
12.4 Os valores dos emolumentos indicados no edital são os mesmos da intimação?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



## 13 - LIVRO DE REGISTRO DE PAGAMENTOS

13 Em uso o Livro nº 10

	SIM	NÃO	C.A.
13.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
13.2 Em cada título há referência ao valor arrecadado e depositado?			
13.3 No termo de encerramento estão consignados o total arrecadado e o total depositado?			
13.4 O valor do total depositado, consignado no termo de encerramento, coincide com o valor existente no extrato da conta poder judiciário afixado no termo de encerramento?			
13.5 Estão afixados/arquivados os comprovantes de depósito bancário/ TED?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 14 - ARQUIVO DE REPASSE

	SIM	NÃO	C.A.
14.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
14.2 O valor devido ao apresentante está sendo disponibilizado no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento - (Lei nº 9.492, art. 19, inciso 2º)?			
14.3 A data lançada no livro pagamento confere com a data do repasse - art. 810, XIII do CN ?			
14.4 O arquivo possui as referências ao valor e numerário do cheque, agência e número da conta corrente e nome das partes?			
14.5 Adota sistema digitalizado (cheque/TED)?			
14.6 Nos repasses pessoais as pessoas autorizadas pelo recebimento estão sendo			



devidamente identificadas e se há documentos que comprovem os seus poderes?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 15 - ARQUIVO DE EXTRATOS BANCÁRIOS

	SIM	NÃO	C.A.
15.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
15.2 São mantidos os extratos mensais da conta poder judiciário?			
15.3 Foram verificados lançamentos condizentes com a movimentação da serventia pertinentes a depósito e repasse aos apresentantes?			
15.4 Os comprovantes de depósitos Bancários/TED, os extratos bancários e arquivo de repasse A conta Poder Judiciário estão sendo vistos mensalmente pelo Juiz da Comarca?			
15.5 Observa a vedação do depósito de emolumentos e verbas de caráter privado na conta "Poder Judiciário" (Ofício-Circular n. 206/2007)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

**O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O**

A devolução de cheque emitido pelo devedor para o pagamento, independentemente do motivo, impõe o imediato protesto do título apontado, sem necessidade de outras providências.

## 16 - ARQUIVO DE SOLICITAÇÃO DE RETIRADA

	SIM	NÃO	C.A.
16.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
16.2 Foi observado que "a retirada do título			



<i>será requerida, por escrito, pelo apresentante ou procurador com poderes específicos, arquivando-se o pedido no tabelionato" (art. 798 e parágrafo único do CN), de modo que, todos os atos deverão ser precedidos de requerimentos escritos, subscritos por pessoa identificada e legitimada, ainda que formulados através de impressos extraídos dos sistemas informatizados das instituições financeiras?</i>			
<b>16.3</b> O arquivo está sendo atualizado quando da alteração da gerência, procurações dos representantes legais das instituições financeiras e/ou instrumentos por estes fornecidos, indicando pessoas habilitadas a solicitar baixas e retiradas dos títulos?			
<b>16.4</b> São arquivados os atos constitutivos de tais instituições para viabilizar a conferência da representatividade do gerente, salvo se a procuração for por escritura pública?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 17 - LIVRO DE REGISTRO DE INSTRUMENTO DE PROTESTO

	SIM	NÃO	C.A.
<b>17.1</b> Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>17.2</b> Os emolumentos consignados no instrumento estão condizentes com os previstos pela tabela de emolumentos vigente?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 18 - ARQUIVO DE DOCUMENTOS (CANCELAMENTOS)

	SIM	NÃO	C.A.
<b>18.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			



18.2 Os requerimentos de cancelamento estão instruídos com o <i>documento protestado</i> ?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O

A cópia do documento protestado deve ficar arquivado na serventia em ordem cronológica - (art. 26, da Lei 9.492/97; **art. 830 do CN**), (arquivo físico ou digital - meio eletrônico - art. 24 do CN).

Quando o cancelamento for fundado no pagamento e não for possível demonstrá-lo pelo título ou documento de dívida, pela *declaração de anuência* ao cancelamento, oferecida pelo credor originário ou endossatário, com as firmas reconhecidas, exigindo-se, ademais, prova da representação a ser arquivada na serventia (arquivo físico ou digital - meio eletrônico - art. 24 do CN).

Art. 830 § 1º - A - O cancelamento pode ser solicitado mediante apresentação de **declaração de anuência em meio eletrônico**, diretamente à Central de Remessa de Arquivos (CRA) mantida pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Paraná, bem como, através da utilização de **certificado digital**, emitida no âmbito da ICPBrasil, chancela eletrônica ou, na forma de convênio firmado pelo interessado, de outro meio de comprovação de autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. - Parágrafo incluído pelo Provimento n. 257/2014, de 21/07/2014 (E-dj n. 1377, de 23/07/2014).

## IMAGENS DA SERVENTIA



# Corregedoria-Geral da Justiça

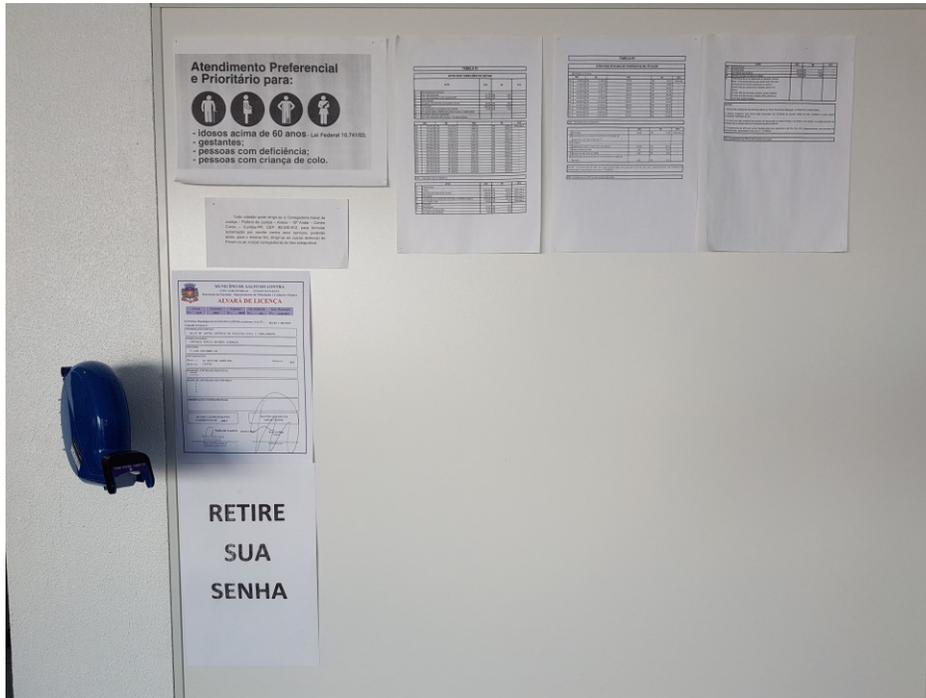
SEI nº 0062617-27.2017.8.16.6000





# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0062617-27.2017.8.16.6000





## AO (À) AGENTE DELEGADO (A)

1. Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correicional.

2. Concedem-se **30 (trinta) dias** para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade item a item ao doutor Juiz de Direito, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.

## JUIZ (ÍZA) CORREGEDOR (A) DA COMARCA

1. Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional;

2. Em **noventa (90) dias**, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. À Divisão Jurídica para as providências necessárias.

## CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

**Des. MÁRIO HELTON JORGE**  
Corregedor da Justiça